

O Congresso no poder

Villas-Bôas Corrêa



A experiência tem seu toque de ineditismo que está passando desapercebido: um pouco de parlamentarismo embutido na Constituição ao longo do lento processo de sua elaboração —, na linha da tendência da sua folgada maioria e que não foi inteiramente extirpado depois da brutalidade da decisão pelo presidencialismo, arrancado da maneira que se sabe, a berro e espalhado — e mais a ruptura entre o Legislativo e o Executivo armaram esse quadro singular do Congresso discutindo e decidindo o *Plano Verão*, com toda sua carga explosiva, sem qualquer articulação com o governo.

Lá é verdade que o governo quis assim ou conformouse, pois que não havia outro jeito. Desde que o cruzado entrou em parafuso que o presidente José Sarney entrou em rota de atrito com o Congresso. A impopularidade crescente do governo corroia suas bases de sustentação parlamentar. Desfez-se a Aliança Democrática, engolida peias ciúmeiras entre a fatuidade arrogante do PMDB majoritário, dono da festa e o PFL vocacionado para a fruição do poder e encarado como inimigo pelo parceiro de acertos ultrapassados,

Depois, na Constituinte, o PMDB, liberado pelo dono Ulysses Guimarães, desmanchou-se nos grupos da confrontação ideológica. Todos, distantes do governo que não prometia votos e racionava a distribuição de mortiúmias, partilhada pelos amigos, não mais de exclusividade político.

Da dupla vitória do presidencialismo e dos cinco anos de mandato para cá, governo e Constituinte cortaram relações, esfriaram a convivência até o virtual roncamento. O PMDB de Ulysses retirou-se, batendo os pés fazendo má-criação. Sarney, no troco aliviado, isobu-se no círculo restrito dos fiéis, queimando apoios nas constantes trocas de ministros.

Os últimos laços foram cortados quando o presidente Sarney desistiu de substituir o deputado Carlos Sarzanna na liderança do governo na Câmara, suprimindo a função extravagante e confiando os interesses do governo à duvidosa diligência dos líderes do PMDB e do PFL. No Senado, em exdrúxula exceção, o senador Sallanha Derzi permanece como líder do governo.

É claro que o relacionamento entre Legislativo e Executivo entrou no beco sem volta da deterioração acentuada. Nada sugere a recomposição em ano eleitoral, com a campanha pronta a botar o bloco na rua e a chusma de candidatos à classificação no primeiro turno disputando a ferro e fogo a bandeirola da oposição.

Mas a autonomia da Constituinte em parte justifica a rebeldia do plenário, sua hostilidade às intromissões do governo.

Agora a situação é outra.

O pacote das mudanças administrativas e econômicas foi embrulhado na maior moita, trancado a sete chaves nos escondidos do Planalto. Chegou pronto e acabado no Congresso. Nenhum esforço para amaciá-lo canhão, contornando resistências.

Sarney apenas comunicou a algumas lideranças convidadas as disposições do governo. No mais o Congresso tomou conhecimento do *Plano Verão* pelo rádio, pela televisão e a leitura dos jornais.

Entregue a encomenda, o governo lavou as mãos, cuidou de executar as medidas provisórias, pavimentando de fatos consumados a estrada da participação posterior do Congresso. Como transação entre desafetos que não se comunicam, não se falam, mal se cumprimentam.

Se vai dar certo, vamos conferir mais adiante. A verdade é que o Congresso está posto diante de desafio inusitado. Pelo seu gosto, rejeitava tudo, no azedume da má vontade contra Sarney. Acontece que a hiperinflação está à porta, forçando a entrada. E junta governo e Congresso no mesmo saco de risco. Ameaça a sucessão, ronda o fecho da transição democrática, insinua a tutela militar sobre o processo na vertigem do ano eleitoral convivendo com o desespero, a desbordar na insubordinação social.

Parece que o Congresso caiu em si. Nem pode submeter-se à humilhação de aprovar ou rejeitar a coleção das medidas provisórias, sem meter o bedelho, como é do seu direito e do seu dever — nem tem sentido cultivar desconfianças preconceituosas e inteiramente descabidas.

É, por exemplo, uma rematada tolice, estupidez da grossa, imaginar que a repetição impossível da mágica do cruzado, reponha Sarney nas alturas de índices fantásticos de popularidade, recriando condições para que tente controlar a sucessão, indicando seu substituto.

Milagres são raros nesses tempos amargos. Não se repetem como filmes na televisão. E não é só isso. A sucessão com exigência de maioria absoluta; a inflação de candidatos, nenhum com clara indicação de favoritismo, consolidando a probabilidade da decisão no segundo turno; reduz a nada a possibilidade de intromissão do governo.

Está custando a penetrar na dura cuca dos parlamentares a Constituição que eles mesmos aprovaram. O modelo sucessório pode até não aprovar, revelando defeitos que não se percebem nas avaliações antecipadas.

Uma coisa porém, é certa: esta eleição presidencial que começa em menos de dez meses, com o primeiro turno convocado para 15 de novembro, promete ser a mais livre, limpa, imprevisível de toda a nossa modesta história eleitoral.

Toda estratégia possível não vai além da tentativa de planejar a classificação dos dois finalistas no primeiro turno. O segundo é loteria, está além da adivinhação.

Mas, se a campanha promete canalizar-se para o rádio e a televisão, relegando comícios à significação secundária, ela bloqueia a influência do poder econômico, democratizando-se na igualdade relativa do acesso aos programas de propaganda gratuita do TSE.

O Congresso, ao elaborar a nova lei eleitoral, disciplinará o uso do rádio e TV, estabelecendo renovados critérios para a distribuição das fatias de tempo.

Daí por diante, cada um cuida de si. Estrutura partidária, a malha de governadores, prefeitos, vereadores, diretores, sempre ajuda e muito. Mas se o candidato não der seu recado, toda a armaria despensa.

Que influência pode ter o governo numa eleição com tais alçapões e atalhos? Onde se esconde o insuspeitado e diabólico dom de antevi-são divinatória para prever os dois primeiros classificados no primeiro turno para a final alucinante no segundo turno, em 20 dias de passional participação popular?

O *Plano Verão*, emendado e aprovado pelo Congresso, necessita garantir a eleição, contendo as ameaças à distância das urnas. E só. O mais é paranóia.